

PROVA OBJETIVA

I. Língua portuguesa:

Leia o trecho do texto de José Fernandes, ocupante da cadeira nº 21 da Academia Goiana de Letras, e responda as quatro primeiras questões:

“Simplesmente de estarrecer a reportagem da revista Bravo e a consequente entrevista de Ana Cláudia Barros, em que pretendem provar que Monteiro Lobato era realmente racista, corroborando a estultícia iniciada a partir de Conselho Federal de Educação na cassação de Pedrinho. Acredito que toda e qualquer afirmação sobre o racismo tem de levar em consideração o contexto cultural e, sobretudo, o filosófico dominante à época e, não, sonhar-se segundo os malditos preconceitos nascidos da mesquinhez e da demagogia de esquina e de esgoto. Sem se conhecer nada da filosofia positivista, a maioria das obras literárias produzidas no final do século XIX e início do XX teriam de ser banidas da cultura brasileira, segundo a ótica míope cega do analfabetismo funcional que infesta e infecta este momento histórico. Hyppolite Taine já dizia que 'Os documentos históricos não são senão índices por meio dos quais é preciso reconstituir o indivíduo visível' e, acrescentamos, a cultura visível e, sobretudo, a invisível, a ser enxergada naquele quarto escuro em que se busca uma cartola preta que não está lá, mas que é encontrada pelo verdadeiro crítico de arte.” (Fonte: Suplemento literário da AGL. Título: Monteiro Lobato – Vítima do analfabetismo funcional).

1. Acerca da interpretação do texto acima, pode-se dizer que:

- a) o autor do texto demonstra simpatia com a crítica feita pela reportagem da revista Bravo;
- b) o autor do texto demonstra indiferença com a crítica feita pela reportagem da revista Bravo;
- c) o autor do texto demonstra aversão à crítica feita pela reportagem da revista Bravo;
- d) o autor do texto demonstra comungar com a crítica feita pela reportagem da revista Bravo;

2. Ainda sobre a interpretação, segundo o texto, pode-se afirmar:

- a) a filosofia positivista é irrelevante atualmente;
- b) o contexto cultural e filosófico não adquire relevo na afirmação sobre racismo;
- c) a reportagem impugnada representa, para o autor goiano, uma ótica míope cega do analfabetismo funcional;

d) o autor goiano demonstra desconhecimento da filosofia positivista;

3. Qual o tempo verbal de “Pretendem”:

- a) futuro do presente do indicativo;
- b) presente do subjuntivo;
- c) futuro do pretérito do indicativo;
- d) presente do indicativo;

4. Qual o tempo verbal de “Acredito”:

- a) futuro do presente do indicativo;
- b) presente do subjuntivo;
- c) futuro do pretérito do indicativo;
- d) presente do indicativo;

5. Em Camões, no soneto “Alma Minha...”, a própria expressão-título é criticada por lembrar um vício de linguagem, que deve ser sempre evitado.

O historiador José Marques da Cruz, porém, justifica a expressão como:

“Própria do século XVI, em que vários clássicos empregaram frases assim: amigo meu, amiga minha, alma minha (...). É que toda gente estudava o latim puro, onde se diz *amicus meus* (e não *meus amicus*), *anima mea* (e não *mea anima*), mostrando sempre os escritores da época, nos seus escritos, a profunda influência da sintaxe latina.”

O referido vício de linguagem é conhecido como:

- a) barbarismo;
- b) solecismo;
- c) cacófato;
- d) plebeísmo;

6. No trecho do despacho judicial: “Após, volvam-me os autos conclusos”, a classe gramatical da palavra “conclusos” é:

- a) Substantivo;
- b) Verbo transitivo direto;
- c) Adjetivo;
- d) Verbo transitivo indireto;

7. Qual o pronome de tratamento correto ao se dirigir a um Juiz de Direito:

- a) Vossa Senhoria;
- b) Vossa Eminência;
- c) Vossa Santidade;
- d) Vossa Excelência;

8. Indique a única seqüência em que todas as palavras estão grafadas corretamente:

- a) fanatizar - analisar – frizar – vasamento;
- b) fanatisar - paralisar – frisar – utilizar;
- c) realisar - analisar – paralisar – parafrasear;
- d) banalizar - analisar – paralisar – canalizar;

II. Organização do Poder Judiciário:

9. São os órgãos do Poder Judiciário, exceto:

- a) o Supremo Tribunal Federal;
- b) o Conselho Nacional de Justiça;
- c) os Tribunais e Juízes Militares;
- d) a Corregedoria Nacional de Justiça;

10. Em relação à Comarca de Porangatu, pode-se afirmar:

- a) Trata-se de comarca de entrância final e possui três distritos judiciários: Bonópolis, Novo Planalto e Porangatu, sua sede;
- b) Trata-se de comarca de entrância final e possui dois distritos judiciários: Novo Planalto e Porangatu, sua sede;
- c) Trata-se de comarca de entrância intermediária e possui dois distritos judiciários: Novo Planalto e Porangatu, sua sede;
- d) Trata-se de comarca de entrância intermediária e possui três distritos judiciários: Bonópolis, Novo Planalto e Porangatu, sua sede;

11. Na Comarca de Porangatu:

- a) a 1ª Vara tem competência privativa para a execução penal e a 2ª Vara competência privativa para os crimes dolosos contra a vida, ficando a Presidência do Tribunal do Júri sujeita à distribuição, em vista da competência concorrente;
- b) a 1ª Vara tem competência privativa para a execução penal e a 2ª Vara competência privativa para os crimes dolosos contra a vida e a presidência do Tribunal do Júri, inexistindo mais a competência concorrente para os feitos envolvendo crimes em geral;
- c) a 1ª Vara tem competência privativa para a execução penal e a 2ª Vara competência privativa para os crimes dolosos contra a vida e a presidência do Tribunal do Júri, mantendo-se a competência concorrente, mediante distribuição, dos crimes em geral;
- d) a 2ª Vara tem competência privativa para a execução penal e a 1ª Vara competência privativa para os crimes dolosos contra a vida e a presidência do Tribunal do Júri, mantendo-se a competência concorrente, mediante distribuição, dos crimes em geral;

12. A tabela de substituições automáticas, por força do princípio da continuidade do serviço público e da conveniência administrativa, foi alterada pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Segundo o novel regramento, na Comarca de Porangatu:

- a) a 1a. Vara tem como substituto automático o Juízo da 2a. Vara;
- b) a 2a. Vara tem como substituto automático o Juízo da 1a. Vara;
- c) o Juizado Especial Cível e Criminal tem como substituto automático o Juízo da Comarca de São Miguel do Araguaia;
- d) o Juizado Especial Cível e Criminal tem como substituto automático o Juízo da 2a. Vara;

13. Em geral, os juízes gozam das seguintes garantias, exceto:

- a) vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado;
- b) indisponibilidade do cargo, podendo apenas ser suprimida a gratificação adicional por tempo de serviço, também conhecida com ATS;
- c) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público;
- d) irredutibilidade de vencimentos e subsídio, com algumas ressalvas constitucionais;

14. Marque a afirmação falsa:

- a) No Estado de Goiás, segundo o Código de Organização Judiciária, a instalação de uma Comarca depende da existência dos edifícios destinados ao Fórum, à cadeia e à residência do Juiz;
- b) A Corregedoria-Geral da Justiça, órgão jurisdicional com poder de fiscalização, vigilância, orientação e julgamento excepcional, atua em todo o Estado, através de um Desembargador, com a denominação de Corregedor-Geral da Justiça;
- c) Os cargos de Juiz-Corregedor, em número de quatro, serão providos por juízes escolhidos pelo Tribunal, dentre os da Capital, e servirão pelo mesmo prazo do Corregedor-Geral da Justiça;
- d) A um dos Juízes-Corregedores, designado pelo Presidente do Tribunal, caberá exercer as funções de Diretor do Fórum de Goiânia, bem como presidir a distribuição diária dos feitos da mesma comarca;

15. São atribuições administrativas dos Juízes de Direito, como Diretor do Foro, exceto:

- a) superintender a administração e a política do Foro, inclusive prender em flagrante os infratores, sem prejuízo da competência dos demais Juízes de Direito, onde houve mais de um, para manter a ordem em suas audiências, sessões do júri e demais atos que tenha de presidir;
- b) determinar às épocas de férias dos servidores do juízo dando ciência ao Tribunal de Justiça, bem como abrir os assentamentos dos Juízes de paz e servidores do juízo, nos quais serão anotados todos os fatos de sua vida funcional;
- c) autorizar escrevente, mediante indicação do titular da respectiva Escrivania, praticar todos ou alguns atos privativos do respectivo Escrivão ou Tabelião, exceto os relativos à disposições testamentárias ou *causa mortis*;
- d) receber recursos (juízo de prelibação), após certificado pela Serventia se foi observado o prazo legal pela parte interessada, providenciando a sua remessa ao Tribunal de Justiça para julgamento, via malote (físico ou digital);

16. A Turma Julgadora da 12a. Região é composta, exceto:

- a) Juiz de Direito da 2a. Vara da Comarca de Porangatu – Presidente;
- b) Juiz de Direito de São Miguel do Araguaia - suplente;
- c) Juiz de Direito da Comarca de Formoso;
- d) Juiz de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Porangatu;

III. Noções de Direito Constitucional e Administrativo:

17. A Administração Pública obedece aos seguintes princípios, segundo disposição literal da Constituição Federal:

- a) da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- b) da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia;
- c) da lealdade, impessoalidade, moralidade, probidade e eficácia;
- d) da lealdade, impessoalidade, moralidade, probidade e eficiência;

18. Está incorreta a seguinte afirmativa:

- a) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

b) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos;

c) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

d) os Municípios não detêm competência para legislar sobre o tempo máximo de espera por atendimento nas agências bancárias, uma vez que essa questão se confunde com a atividade-fim das instituições bancárias, sobre a qual cabe à União Federal legislar com exclusividade.

19. Assinale a alternativa verdadeira:

a) O Congresso Nacional se compõe da Câmara dos Deputados, com representantes dos Estados e do Distrito Federal, e do Senado Federal, com representantes do povo;

b) O Supremo Tribunal Federal possui competência originária para julgar Desembargadores Federais nos crimes de responsabilidade;

c) O Supremo Tribunal Federal entende ser inadmissível a prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

d) O processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções;

20. Segundo a doutrina sedimentada, constituem requisitos do ato administrativo, salvo:

- a) a competência;
- b) a satisfação pública;
- c) o motivo e o objeto;
- d) a finalidade e a forma;

21. É possível que um juiz estadual exerça a jurisdição federal, em Comarcas do interior desprovidas de Vara Federal, exceto:

- a) em causas previdenciárias contra o INSS, autarquia federal;
- b) em feitos concernentes à execução fiscal federal;
- c) em mandados de segurança contra ato de autoridade previdenciária federal;
- d) em cartas precatórias federais;

22. Constitui exceção à regra da inafastabilidade do controle jurisdicional:

- a) ações concernentes à disciplina e competições esportivas;

- b) ações concernentes à indenização pelo seguro obrigatório (DPVAT);
- c) ações concernentes à demarcação e divisão de terras;
- d) ações concernentes à anulação de procedimentos licitatórios;

23. A composição das Câmaras Municipais guarda proporção com a quantidade de habitantes. Segundo regramento constitucional, as Câmaras Municipais de Novo Planalto e Porangatu podem ter, no máximo e respectivamente:

- a) 9 e 11 Vereadores;
- b) 9 e 13 Vereadores;
- c) 11 e 13 Vereadores;
- d) 11 e 15 Vereadores;

24. A Constituição Federal, ao dispor sobre os direitos sociais, estabeleceu idade mínima como condição de elegibilidade para determinados cargos. Assim, analise as seguintes proposições e após responda:

- I) É de trinta e cinco anos a idade mínima para se candidatar a Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
- II) É de trinta anos a idade mínima para se candidatar a Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;
- III) vinte e cinco anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;
- IV) dezoito anos para Vereador;

Estão corretas:

- a) Somente o item I e II;
- b) Somente os itens I e II e III;
- c) Somente os itens I, II, e IV;
- d) todas as assertivas.

IV. Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Brasil

25. Segundo o IBGE, pelo Censo Demográfico 2010, Porangatu e Novo Planalto possuem, respectivamente:

- a) 42.177 e 1.978 habitantes, com uma densidade demográfica (Hab/Km²) de 8,49 e 1,75;
- b) 42.355 e 3.956 habitantes, com uma densidade demográfica (Hab/Km²) de 8,79 e 3,18;
- c) 63.532 e 5.934 habitantes, com uma densidade demográfica (Hab/Km²) de 12,69 e 4,57;

- d) 95.298 e 8.901 habitantes, com uma densidade demográfica (Hab/Km²) de 18,33 e 5,68;

26. A principal e mais movimentada avenida do Município de Porangatu, conhecida como Av. Federal, oficialmente leva o nome do primeiro prefeito nomeado, enquanto a praça onde se encontra o Centro Cultural, leva o nome do primeiro prefeito eleito. São eles, respectivamente:

- a) Euzébio Martins da Cunha e Moacir Ribeiro de Freitas;
- b) Pedro Teixeira Filho e João Gonçalves dos Reis;
- c) Adelino Américo de Azevedo e Ângelo Rosa de Moura;
- d) João Gonçalves dos Reis e Trajano Machado Gontijo Filho;

27. A ordem econômica brasileira é fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa. Ela tem por finalidade assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes e expressos princípios constitucionais, exceto:

- a) soberania nacional;
- b) propriedade privada e a função social da propriedade;
- c) livre concorrência e a defesa do consumidor;
- d) limitações ao poder de tributar e legislar;

28. Nasceu na cidade velha de Alagoas em 1827. Em 1845, ingressou no Exército. Distinguiu-se por extraordinária bravura na Guerra da Paraguai. Gozava de enorme prestígio entre os militares e era considerado líder da sua classe. Em 15 de novembro de 1889, chefiou o movimento que depôs o último gabinete da monarquia presidido pelo Visconde de Ouro Preto, proclamando a República. Nos mesmo dia foi aclamado chefe do Governo Provisório e como tal conseguiu a adesão de todos os Estados para os quais nomeou governadores; estabeleceu a separação da Igreja do Estado, o casamento civil, promulgou o novo Código Penal e aprovou a nova bandeira da País. Convocou a Assembléia Constituinte que aprovou a Primeira Constituição Republicana em 24 de fevereiro de 1891. Eleito pela Assembléia, assumiu a Presidência da República. Entretanto em conflito com o Poder Legislativo, dissolveu o Congresso Nacional, o que provocou reação por parte da Marinha, comandada pelo Almirante Custódio de Melo. Preferiu renunciar a enfrentar uma guerra civil. Faleceu no Rio de Janeiro a 23 de Agosto de 1892.

O texto acima faz referência a:

- a) Marechal Humberto de Alencar C. Branco;
- b) Getúlio Dornelles Vargas;
- c) General João Batista de Oliveira Figueiredo ;
- d) Marechal Manuel D. da Fonseca;

29. Os portugueses só chegaram à região do Estado de Goiás após quase um século do descobrimento do Brasil. As primeiras ocupações deveram-se a expedições de aventureiros bandeirantes provenientes de São Paulo, que seguiam em busca de ouro, tendo encontrado as primeiras jazidas no final do século XVII. Conta a lenda que determinada pessoa, diante da negativa dos índios de informar-lhe sobre o lugar de onde retiravam as peças de ouro com que se adornavam, despejou aguardente num prato e a queimou, dizendo aos indígenas que o mesmo faria com a água de todos os rios e nascentes da região, caso não lhe fossem mostradas as minas. Apavorados, os índios o levaram imediatamente às jazidas, chamando-o Anhangüera, que significa feiticeiro no idioma nativo.

O texto acima faz referência a:

- a) José Leopoldo de Bulhões Jardim;
- b) Pedro Ludovico Teixeira;
- c) Bartolomeu Bueno da Silva;
- d) Mauro Borges Teixeira;

30. A construção dos dois edifícios da Avenida Assis Chateaubriand, sedes do Tribunal de Justiça e do Fórum, teve sua inauguração no dia 27.06.1986, quando ocupava a presidência o desembargador Geraldo Crispim Borges. Atualmente, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás é:

- a) Floriano Gomes;
- b) Ney Teles de Paula;
- c) Leobino Valente Chaves;
- d) Beatriz Figueiredo Franco;

31. Fala-se em República Federativa do Brasil. Acerca da federação, pode se dizer:

- I) Quanto à origem histórica, se a Federação teve início com a união de vários Estados Soberanos que se agregaram num movimento de fora para dentro, será centrípeta, como a Federação norte-americana;
- II) Quanto à origem histórica, se a Federação teve início em um Estado Unitário que se fragmentou num movimento de dentro para fora, será centrífuga, como a Federação brasileira;
- III) Quanto à distribuição de competências e poderes, se a Federação concentra poderes e

competências na União, ou seja, tem maior grau de centralização, será uma Federação Centrípeta;

IV) Quanto à distribuição de competências e poderes, se a Federação distribui as competências e poderes de forma a dar mais autonomia aos Estados-membros, portanto com menor grau de centralização, será uma Federação Centrífuga;

Após leitura, julgue:

- a) somente I e II estão corretas;
- b) somente III e IV estão corretas;
- c) todas estão erradas;
- d) todas estão corretas;

32. Por meses, os Ministros do Supremo Tribunal Federal analisaram uma denúncia da Procuradoria-Geral da República e, ao votarem, concluíram que existiu um esquema de distribuição de recursos públicos e privados a parlamentares da base então aliada em troca de apoio ao então governo. Esse esquema ficou popularmente conhecido como “Mensalão”, e sobre ele pode-se afirmar, exceto:

- a) foram necessárias mais de 40 sessões de julgamento para se chegar à conclusão acima;
- b) de 37 acusados, 25 foram condenados, ou seja, mais de 67% de condenações, sendo que algumas das penas já dosadas ultrapassam 15 anos de reclusão;
- c) o então Presidente do Supremo Tribunal Federal, Min. Ayres Britto, se aposentou compulsoriamente antes que se conclísse integralmente o julgamento, com a dosagem de todas as penas;
- d) José Dirceu, ex-ministro, que segundo o Relator do processo era o comandante do chamado núcleo político, foi absolvido pela maioria absoluta dos membros da Corte Suprema;

V. Informática Básica:

33. Nos computadores em geral, pretendendo o usuário ativar permanente o modo de letras maiúsculas, via teclado, deverá ele fazer uso da seguinte tecla:

- a) Alt
- b) Caps Lock
- c) Ctrl
- d) Home

34. No editor de texto conhecido como BrOffice Writer, o caminho para colar algo que já está copiado para a memória, sem formatação (opção de colar especial), é:

- a) Ctrl+V
- b) Ctrl+B
- c) Ctrl+Shift+V
- d) Ctrl+Shift+B

35. No sistema operacional Microsoft Windows o efeito da combinação de teclas Ctrl+X (tecla Ctrl combinada com a tecla X), quando disponível ao usuário no programa em uso, é:

- a) Recortar
- b) Copiar
- c) Colar
- d) Desfazer

36. No BrOffice Writer, a tecla de atalho Ctrl+A tem como efeito:

- a) alinhar a esquerda
- b) selecionar tudo
- c) executar campo de macro
- d) refaz a última ação

37. No sistema operacional Microsoft Windows o efeito da combinação de teclas Ctrl+C e Ctrl+V, quando disponível ao usuário no programa em uso, é respectivamente:

- a) recortar e colar
- b) colar e copiar
- c) copiar e colar
- d) copiar e recortar

38. No BrOffice Writer, a tecla de atalho Ctrl+B tem como efeito:

- a) salvar
- b) negritar
- c) sublinhar
- d) borrar

39. No BrOffice Writer, a tecla de atalho Ctrl+S tem como efeito:

- a) salvar
- b) sublinhar
- c) somar
- d) alinhar ao centro

40. No BrOffice Writer, a tecla de atalho Ctrl+P tem como efeito:

- a) paginar
- b) negritar
- c) sublinhar
- d) imprimir

RASCUNHO

PROGRAMA ESPECÍFICO DO CARGO:

I. Noções de Direito Civil

41. Assinale a opção incorreta:

- a) as pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado;
- b) são pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público;
- c) são pessoas jurídicas de direito público interno a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, além dos Municípios, autarquias, inclusive as associações públicas, tal como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, dentre outras entidades de caráter público criadas por lei;
- d) são pessoas jurídicas de direito privado as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas e os partidos políticos;

42. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- I - os menores de dezesseis anos;
- II - os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;
- III - os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- IV - os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido;

Estão corretos:

- a) apenas os itens I e II;
- b) apenas os itens I, II e III;
- c) apenas os itens I, III e IV;
- d) todos os itens;

43. A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Todavia, cessará, para os menores, a incapacidade:

- I - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;
- II - pelo casamento e pelo exercício de emprego público efetivo;
- III - pela colação de grau em curso de ensino superior;

IV - pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria;

Estão corretos:

- a) apenas os itens I e II
- b) apenas os itens I, II e III
- c) apenas os itens I, III e IV
- d) todos os itens;

44. Assinale a única alternativa que dispõe corretamente sobre a ordem dos trabalhos na audiência de instrução e julgamento:

- a) o perito e os assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimentos, requeridos no prazo e na forma do art. 435; após, o juiz tomará os depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu; por fim, serão inquiridas as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu;
- b) o juiz tomará os depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu; após, o perito e os assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimentos, requeridos no prazo e na forma do art. 435; por fim, serão inquiridas as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu;
- c) o perito e os assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimentos, requeridos no prazo e na forma do art. 435; após, serão inquiridas as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu; finalmente, o juiz tomará os depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu;
- d) o juiz tomará os depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu; após, serão inquiridas as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu; finalmente, o perito e os assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimentos, requeridos no prazo e na forma do art. 435;

45. São cabíveis os seguintes recursos:

- I - apelação;
- II - agravo;
- III - embargos infringentes;
- IV - embargos de declaração;
- V - recurso ordinário;
- VI - recurso especial;
- VII - recurso extraordinário;
- VIII - embargos de divergência em recurso especial e em recurso extraordinário;

Assinale a única alternativa que exprime, na sequência e segundo o Código de Processo Civil, os prazos corretos para interposição dos recursos:

- a) 15, 10, 15, 5, 15, 15, 15, 15;
- b) 10, 10, 15, 5, 10, 10, 10, 10;
- c) 10, 10, 15, 2, 10, 10, 10, 10;
- d) 15, 10, 10, 2, 15, 15, 15, 15;

46. A ação penal é o direito ou o poder-dever de provocar o Poder Judiciário para que decida o conflito nascido com a prática de conduta definida em lei como crime. Esta ação pode ser classificada:

- a) em privadas ou públicas. As primeiras são incondicionadas. As últimas são privadas ou subsidiárias da pública;
- b) em públicas ou privadas. As primeiras são privadas ou subsidiárias da pública. As últimas são incondicionadas;
- c) em públicas ou privadas. As primeiras são incondicionadas. As últimas são privadas ou subsidiárias da pública;
- d) em públicas ou privadas. As primeiras são condicionadas ou incondicionadas. As últimas são privadas ou subsidiárias da pública;

47. Sobre os crimes e contravenções, o mestre HUNGRIA lecionava sobre o "crime anão", referindo-se:

- a) aos crimes punidos com reclusão;
- b) às contravenções penais;
- c) aos crimes punidos com detenção;
- d) aos crimes de bagatela (princípio da insignificância);

48. O edital de citação, segundo o Código de Processo Penal, deve preencher alguns requisitos, indicando os itens abaixo, salvo:

- a) o nome do juiz que a determinar, do réu, ou, se não for conhecido, os seus sinais característicos, bem como sua residência e profissão, se constarem do processo;
- b) o prazo, que será: 1) fixado pelo juiz entre 20 (vinte) e 60 (sessenta) dias; 2) contado do dia da publicação do edital na imprensa, se houver, ou da sua afixação.
- c) o fim para que é feita a citação;
- d) o juízo e o dia, a hora e o lugar em que o réu deverá comparecer;

49. No processo penal, a testemunha que morar fora da jurisdição do juiz será inquirida pelo juiz do lugar de sua residência, expedindo-se, para esse fim, carta precatória, com prazo razoável, intimadas as partes. Sobre esse procedimento, é correto afirmar:

- a) a expedição da precatória suspenderá a instrução criminal;
- b) findo o prazo marcado, poderá realizar-se o

juízo, mas, a todo tempo, a precatória, uma vez devolvida, será junta aos autos;

c) o juiz poderá realizar os demais atos de instrução, mas não poderá proferir sentença, enquanto não retornar a precatória de inquirição, sob pena de violar o princípio constitucional da ampla defesa;

d) o juiz poderá, somente em caso de haver mais de um acusado, proceder com os demais atos de instruções, inclusive julgamento, mas este último (sentenciar) somente em relação ao acusado cuja testemunha pendente de oitiva por precatória não tenha sido por ele arrolada;

50. Sobre os recursos, no Código de Processo Civil, pode-se afirmar, exceto:

- a) no ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção;
- b) são dispensados de preparo os recursos interpostos pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios e respectivas autarquias, e pelos que gozam de isenção legal;
- c) a insuficiência no valor do preparo não implicará deserção, quando o recorrente supri-lo no prazo de cinco dias;
- d) a insuficiência no valor do preparo não implicará deserção, quando o recorrente supri-lo no prazo de quarenta e oito horas;

51. No processo de execução, segundo o Código de Processo Civil, é incorreto afirmar:

- a) aplicam-se subsidiariamente à execução as disposições que regem o processo de conhecimento;
- b) o juiz pode, em qualquer momento do processo, ordenar o comparecimento das partes;
- c) o juiz pode advertir ao devedor que o seu procedimento constitui ato atentatório à dignidade da justiça;
- d) constitui ato atentatório a dignidade da justiça quando o executado, intimado, não indica ao juiz, no prazo legal de 10 (dez) dias, quais são e onde se encontram os bens sujeitos à penhora e seus respectivos valores;

52. Existe uma regra geral, no Código de Processo Civil, segundo a qual a citação será feita por carta (pelo "correio"), para qualquer comarca do País, exceto:

- I) nas ações de estado;
- II) quando for ré pessoa incapaz;
- III) quando for ré pessoa de direito público;
- IV) nos processos de execução;
- V) quando o réu residir em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência;

VI) quando o autor a requerer de outra forma.

Assinale:

- a) somente os itens I, II e III revelam a correta exceção legal à regra geral da forma da citação;
- b) somente os itens II, III e V revelam a correta exceção legal à regra geral da forma da citação;
- c) somente os itens II, III e VI revelam a correta exceção legal à regra geral da forma da citação;
- d) todos os itens revelam a correta exceção legal à regra geral da forma da citação;

53. Segundo o Código de Processo Penal, o procedimento será comum ou especial. Sobre o comum, aplicável a todos os processos, salvo disposições em contrário do referido Código ou de lei especial, pode-se afirmar que será ele ordinário, sumário ou sumaríssimo. Pois bem, a partir destas informações, indique a proposição correta:

- a) será o sumaríssimo, para as infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.
- b) será o sumaríssimo, para as contravenções e crimes de bagatela, quando incidente o princípio da insignificância;
- c) será o sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade;
- d) será ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade;

54. O recurso em sentido estrito deve ser interposto, em geral, no prazo de:

- a) 2 dias;
- b) 5 dias;
- c) 10 dias;
- d) 15 dias;

55. Os embargos de declaração, segundo o Código de Processo Penal, deve ser interposto:

- a) 2 dias;
- b) 5 dias;
- c) 10 dias;
- d) 15 dias;

56. São deveres ou atribuições dos servidores da justiça em geral, além dos previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, exceto:

- a) residir na sede do serviço, não podendo ausentar-se sem licença do seu superior;
- b) elaborar mensalmente, até o dia cinco, quadro

estatístico do movimento da Escrivania, na forma recomendada pela Corregedoria-Geral da Justiça, inclusive contendo sua produção, encaminhando-o ao Diretor do Foro, com base na qual recomendará a progressão quando da avaliação do servidor;

- c) fornecer às partes ou a seus procuradores certidões ou informações que solicitarem, nos prazos legais, salvo necessidade de despacho do juiz ou outro motivo justificado;
- d) exercer fiscalização quanto ao pagamento dos impostos e taxas devidos por atos judiciais que praticarem ou de que tiverem conhecimento, em razão do ofício;

57. Incumbe ao escrevente, salvo:

- a) executar as tarefas que lhe forem cometidas pelo titular do cartório em que estiver lotado;
- b) funcionar em todos os feitos cíveis ou criminais, por determinação do respectivo escrivão ou do próprio juiz a que estiver subordinado;
- c) nos tabelionatos, lavrar as escrituras que não contenham disposições testamentárias ou doações *causa mortis*, por designação do respectivo titular, que as subscreverá;
- d) lavrar, em livro próprio, procurações públicas, salvo em causa própria, com a mesma restrição do item anterior, e outros atos, por designação do respectivo titular, que os subscreverá;

58. Sobre as proibições de conduta ao servidor da justiça, identifique a proposição incorreta:

- a) é defeso fazer críticas irreverentes aos magistrados, órgãos do Ministério Público e demais pessoas do juízo, não impedido de manifestar-se em termos respeitosos sobre a impossibilidade, legal ou de fato, de cumprir alguma ordem ou determinação;
- b) é defeso influenciar ou tentar influenciar o magistrado sobre decisões ou atos deste, ressalvado o dever de esclarecer-lhe sobre fatos ou circunstâncias existentes nos autos, ou fora deles, e desconhecidos do Juiz, os quais possam levá-lo a erro;
- c) é defeso fazer pedidos ao magistrado a respeito de processos sujeitos a julgamento, podendo todavia fazer sugestões de julgamento simples (não conclusivas) naqueles feitos nos quais possui interesse próprio ou de parente, até o 3o. Grau;
- d) é defeso promover reunião de cunho partidário em cartório, ou valer-se dele, ou do cargo ou emprego, para propaganda partidária;

59. O servidor da justiça está sujeito às seguintes penas, exceto:

- a) advertência e censura;
- b) multa;
- c) suspensão, por até 60 dias;
- d) demissão.

60. É correto afirmar:

- a) Na execução fiscal, processada perante a Justiça Estadual, cumpre à Fazenda Pública antecipar o numerário destinado ao custeio das despesas com locomoção dos oficiais de justiça;
- b) Na execução fiscal, a citação postal não constitui ato processual abrangido no conceito de custas processuais, razão pela qual, a exemplo das despesas com locomoção, deve a Fazenda

Pública antecipar o pagamento;

c) As despesas de condução dos oficiais de justiça são reguladas por ato da Presidência do Tribunal de Justiça;

d) O comprovante das despesas de condução, que vai juntado aos autos (para efeito de responsabilização do obrigado final) deve se conformar com os valores da tabela legal, podendo o juiz glosá-las, quando excessivas, desde que haja requerimento da parte ou do Ministério Público, não podendo agir de ofício;

RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

1. Elabore um mandado de citação de acordo com o que prescreve o Código de Processo Penal. **(4,0)**

Dados que poderão ser utilizados:

- a) Comarca de Porangatu-GO
- b) Acusado – Jasilvio R. do Forte, brasileiro, casado, pedreiro, nascido em 06.01.1976, filho de Imaculada do Forte, residente na Rua Floriano, n. 171, Jardim das Flores, Porangatu-GO
- c) Vítima – Fernando Alonso da Silva, brasileiro, solteiro, médico, nascido em 22.03.1958, filho de Ronaldo Ernesto Silva e de Ermione da Silva, residente na Rua do Faustão, n. 121, Setor dos Universitários, Goiânia-GO
- d) Infração penal: roubo simples (art. 157, caput, CP)
- e) Nome do escrivão: Policarpo Rios
- f) Nome do juiz: Enzo da Mata
- g) Nome do advogado do acusado: Dr. Reinaldo Rocha
- h) Nome do advogado da vítima: Dr. Bertioga Dourado
- i) Data: 02 de dezembro de 2012

Obs.:

- 1- Na elaboração da peça, o candidato só poderá utilizar os dados fornecidos na prova, sob pena de eliminação;
- 2- Os dados fornecidos poderão ou não, em sua integralidade, fazer parte da peça a ser elaborada, cabendo ao candidato avaliar os dados que são necessários para esse fim.

2. Um oficial de justiça procurou o réu em sua residência para citá-lo pessoalmente, sem, no entanto, o encontrar. Devido às peculiaridades do caso, o oficial de justiça suspeitou que o réu, na verdade, estava se ocultando para não ser citado. A partir dessas informações, elabore um texto, com no máximo 30 linhas, especificando o tipo de citação a ser efetuada, o procedimento a ser seguido pelo oficial de justiça antes, durante e depois dessa citação, bem como o procedimento a ser seguido pelo escrivão após a realização da citação. No texto resposta, deverá constar também se este tipo de citação ocorre apenas no cível ou também na seara criminal. **(2,0)**

3. Discorra sobre os bens públicos e privados, inclusive classificação e conceituação. **(2,0)**

4. Quais são os recursos cabíveis em sede de Juizados Especiais Cíveis, devendo o candidato informar quando em quais prazos podem ser interpostos? **(2,0)**